

O DISCURSO AOS FUNCIONÁRIOS

Tratando da nova técnica, em seu grande livro "A Indústria", Sombart diz que, modernamente, a afirmação altaneira do "Eu sei" ocupa o lugar do modesto "Eu posso".

"Eu sei por que não apodrecem os pilares de madeira das pontes quando mergulhados na água; eu sei por que a água segue o êmbolo de uma bomba; eu sei por que a planta cresce melhor se se aduba a terra; eu sei, eu sei, eu sei — tal é a divisa da época moderna, com o advento da qual se operou uma transformação radical no procedimento técnico".

O discurso pronunciado, no Dia do Funcionário, pelo Presidente Getúlio Vargas, revela, em primeiro lugar, um ajustamento cultural perfeito a essa imperiosa divisa da época. Revela, além disso, um domínio tão nítido e tranquilo dos problemas da nova administração pública, que espanta pela densidade e clarividência dos conceitos. Seria impossível dizer mais em tão poucos períodos. Do ponto de vista doutrinário, o discurso do dia 28 de outubro é um bloco massivo, cuja coerência invulnerável desarma os impulsos de qualquer crítica autorizada.

Vale ainda o discurso por uma confirmação e avivamento de roteiros.

Ao reafirmar, por exemplo, a decisão de prosseguir serenamente na reforma a fundo do serviço público civil do Estado Brasileiro, ate que nele se implante definitiva e solidamente o sistema do mérito, o Presidente Getúlio Vargas renovou, uma vez mais, o seu compromisso de dar à administração federal a força humana qualitativa de que ela necessita para enfrentar e levar de vencida o conjunto tremendo de problemas que a desafiam. Como bem definia o Presidente, o advento do sistema do mérito no serviço civil federal não se originou "da simples necessidade humana de mudar, mas dos novos rumos imprimidos à solução dos problemas nacionais".

Em verdade, o sistema do mérito não só veio democratizar praticamente os nossos serviços públicos, abrindo oportunidades iguais a todos, como também colocar a maquinária governamental sob a divisa implacável da época moderna — o conhecimento técnico.

Tendo a responsabilidade irrecusável e intransferível de realizar os mais variados propósitos, o Estado Moderno está se transformando rapidamente numa formidável empresa politécnica, em cuja organização e funcionamento são reclamados todos os processos científicos e profissionais. A espécie de homens de que essa empresa mais necessita — em grande número, em número crescente — são precisamente os detentores de conhecimentos específicos, os que sabem — numa palavra, os técnicos.

Ao contrário do que pensam os sonhadores da democracia representativa, o objetivo principal do sistema do mérito não é a democratização do serviço público, se bem que esta seja, só por si, uma vantagem líquida e certa. O sistema do mérito é uma imposição das novas condições do mundo. A administração pública, chamada a resolver uma verdadeira cohorte de problemas técnicos, dos mais simples até os mais complexos, seria forçada a cruzar os braços, impotente, se não pusesse a seu serviço a competência, a experiência e o saber especializados dos mais capazes. Daí o imperativo do sistema do mérito, que o Presidente Getúlio Vargas reconheceu e proclamou tão seguramente no memorável Discurso do Dia do Funcionário.

Quem diz sistema do mérito diz administração científica de pessoal. Com efeito, no discurso do Presidente vamos encontrar, um a um, todos os elementos conducentes à administração científica de pessoal. Desde a sã doutrina até os instrumentos, os planos de remuneração, os órgãos centrais e ministeriais de pessoal, os planos de segurança econômica para os funcionários, as carreiras profissionais, os meios de proporcionar satisfação humana aos servidores do Estado, os incentivos materiais, emocionais e morais — tudo está presente, implícita ou explicitamente, no discurso do Chefe da Nação.

Nem só as questões pertinentes ao elemento humano mereceram a atenção do Presidente Vargas. Os outros problemas relativos à nova administração pública, tais como a estrutura dos órgãos, as normas e métodos de trabalho, os critérios de organização científica, o combate ao empirismo e ao marasmo, também foram contemplados.

Fundamental, entre todas, não pela referência ao órgão, mas pela ratificação de propósitos, é a declaração de que o

“O Departamento Administrativo do Serviço Público continuará sendo o órgão orientador e o laboratório das nossas experiências sobre os serviços do Estado, no sentido de elevar-lhes o rendimento, de torná-los realmente eficientes, de aumentar as rendas e comprimir as despesas, pela adoção de métodos de trabalho racionais, práticos, de aplicação própria ou já comprovada nos processos da economia industrial”.

Alem e ao longo da parte doutrinária específica de seu discurso, impressionante pela firmeza serena dos conceitos, valeu-se o Presidente do momento para dar ênfase a dois ensinamentos, um político, outro psicológico, ambos extraordinariamente importantes para todo servidor público. O primeiro diz respeito às relações dos funcionários com o público. O Presidente externou vivamente o seu pensamento a respeito dessa questão, quando incluiu, entre os objetivos da reforma, a necessidade de melhorar as “relações com o público” e, mais adiante, quando afirmou:

“A confiança que inspirardes ao público, a presteza e a competência que revelardes no cumprimento das vossas atribuições serão outros tantos motivos para que se considere como justa remuneração os benefícios que o governo possa proporcionar-vos”.

O ensinamento psicológico refere-se ao prazer sadio, superior e desinteressado que os cargos públicos podem proporcionar aos respectivos ocupantes. Lícito nos parece dizer que uma das idéias centrais do discurso do Chefe